

## ÍNDICE

Nota breve .....	5
Introdução .....	7
1. Em busca da certeza jurídica .....	7
2. Noção de registo .....	10
3. Objecto do registo .....	12
4. Valor dos registos em direito português .....	13
5. Forma dos actos de registo .....	14
6. Noção de actos notariais .....	15
7. Valor probatório dos documentos com intervenção notarial .....	15
8. Fé pública .....	17

### CAPÍTULO I REGISTO CIVIL

1. Objecto do registo civil .....	19
2. Factos sujeitos a registo .....	20
3. Efeitos do registo .....	21
4. Vícios do registo .....	23
4.1. Inexistência .....	23
4.2. Nulidade .....	25
4.3. Irregularidade, deficiência ou inexactidão .....	27
5. Actos de registo em geral .....	28
5.1. Assentos .....	28
5.2. Averbamentos .....	31
5.3. Partes e testemunhas .....	32
6. Actos de registo em especial .....	34
6.1. Nascimento .....	34
6.2. Filiação .....	38
6.3. Casamento .....	40
6.4. Óbito .....	45
7. Organização do registo civil .....	47

7.1. Órgãos do registo civil e suas competências	47
7.2. Suportes físicos dos registos	48
<b>8. Publicidade e meios de prova</b>	50
<b>9. Processos privativos do registo civil</b>	53
9.1. Processo de justificação judicial	53
9.2. Processo de justificação administrativa	53
9.3. Processo de impedimento do casamento	54
9.4. Processo de dispensa de impedimentos	55
9.5. Processo de suprimento de autorização para casamento de menores	55
9.6. Processo de sanção da anulabilidade do casamento por falta de testemunhas	55
9.7. Processo de verificação de capacidade matrimonial de estrangeiros	56
9.8. Processo de suprimento da certidão de registo	56
9.9. Processo de divórcio e de separação de pessoas e bens por mútuo consentimento	57
9.10. Processo para afastamento da presunção de paternidade	57
9.11. Processo de alteração do nome	58
9.12. Processo de autorização para inscrição tardia de nascimento	59
<b>10. Impugnação das decisões do conservador</b>	59
<b>11. Responsabilidade civil, penal e disciplinar</b>	60
<b>12. Identificação Civil</b>	61
12.1. Objecto	61
12.2. Eficácia e casos de obrigatoriedade do bilhete de identidade	62
12.3. Conteúdo do bilhete de identidade	63
12.4. Organização da identificação civil	64

## CAPÍTULO II

**REGISTO COMERCIAL**

<b>1. Objecto do registo comercial</b>	65
<b>2. Princípios orientadores do registo comercial</b>	67
2.1. Princípio da instância	67
2.2. Princípio da presunção da verdade registal	69
2.3. Princípio da publicidade	69
2.4. Princípio da legalidade	70
2.5. Princípio da prioridade	70
2.6. Princípio do trato sucessivo	70

<b>3. Factos e acções sujeitos a registo</b>	71
3.1. Comerciantes individuais	71
3.2. Sociedades comerciais e sociedades civis sob forma comercial	71
3.3. Cooperativas	73
3.4. Empresas públicas	74
3.5. Agrupamentos complementares de empresas	74
3.6. Agrupamentos europeus de interesse económico	75
3.7. Estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada	75
3.8. Outros factos sujeitos a registo	76
3.9. Acções e decisões sujeitas a registo	77
3.10. Prazos e sanções	79
<b>4. Efeitos do registo</b>	79
4.1. Presunções derivadas do registo	79
4.2. Eficácia entre as partes	81
4.3. Oponibilidade a terceiros	82
4.4. Caducidade dos registos	83
4.5. Cancelamento dos registos	84
<b>5. Vícios do registo</b>	84
5.1. Inexistência	84
5.2. Nulidade	85
5.3. Inexactidão	86
<b>6. Actos de registo</b>	86
6.1. Depósito	86
6.2. Matrícula	87
6.3. Inscrições	88
6.4. Averbamentos	88
6.5. Prazos	89
6.6. Publicações obrigatórias	89
<b>7. Organização do registo comercial</b>	91
7.1. Competência territorial	92
7.2. Suportes físicos do registo	93
<b>8. Processo de registo</b>	94
8.1. Apresentação	95
8.2. Comerciante individual	96
8.3. Sociedades	96
8.4. Empresas públicas	98
8.5. Representações sociais	98
8.6. Prestação de contas	99
8.7. Registo provisório de acção	100
8.8. Recusa do registo	100

8.9. Registos provisórios	100
<b>9. Publicidade e prova do registo</b>	101
9.1. Carácter público do registo	101
9.2. Meios de prova	102
<b>10. Rectificação e reconstituição do registo</b>	103
10.1. Rectificação	103
10.2. Reconstituição	103
<b>11. Impugnação das decisões do conservador</b>	104
<b>12. Registo Nacional de Pessoas Colectivas</b>	105
12.1. Objecto	105
12.2. Princípios orientadores da admissibilidade de firmas e denominações	106
12.3. Regras especiais de composição das firmas e denominações	109
12.4. Processo de pedido de certificado de admissibilidade de firma ou denominação	111
12.5. Efeitos do certificado	112
12.6. Inscrição de pessoas colectivas e entidades equiparadas	113
12.7. Número de pessoa colectiva (NIPC)	114
12.8. Recursos	115

### CAPÍTULO III REGISTO PREDIAL

<b>1. Objecto do registo predial</b>	117
<b>2. Princípios orientadores do registo predial</b>	123
2.1. Princípio da instância	124
2.2. Princípio da presunção da verdade registal	125
2.3. Princípio da publicidade	126
2.4. Princípio da especialidade	127
2.5. Princípio da legalidade	127
2.6. Princípio da prioridade	128
2.7. Princípio da legitimação de direitos	129
2.8. Princípio do trato sucessivo	130
<b>3. Factos e acções sujeitos a registo</b>	131
3.1. Factos sujeitos a registo	131
3.2. Acções e decisões sujeitas a registo	133
<b>4. Efeitos do registo</b>	133
4.1. Presunções derivadas do registo	133
4.2. Eficácia entre as partes	134

4.3. Oponibilidade a terceiros	135
4.4. Cessação dos efeitos do registo	136
<b>5. Vícios do registo</b>	137
5.1. Inexistência	137
5.2. Nulidade	137
5.3. Inexactidão do registo	138
<b>6. Actos de registo</b>	138
6.1. Descrição	139
6.2. Averbamentos à descrição	140
6.3. Inscrição	140
6.3.1. Inscrições provisórias	140
6.3.2. Conteúdo da inscrição	141
6.3.3. Averbamentos à inscrição	142
<b>7. Organização do registo</b>	143
7.1. Órgãos e sua competência territorial	143
7.2. Suportes físicos do registo	144
7.3. Referências matriciais e toponímicas	144
<b>8. Processo de registo</b>	146
<b>9. Publicidade e meios de prova</b>	149
9.1. Publicidade	149
9.2. Meios de prova	150
<b>10. Suprimento, rectificação e reconstituição do registo</b>	151
10.1. Suprimento	151
10.2. Rectificação do registo	151
10.3. Reconstituição do registo	152
<b>11. Impugnação das decisões do conservador</b>	153
<b>12. Emolumentos e preparos</b>	154
<b>13. Responsabilidade civil e criminal</b>	154

### CAPÍTULO IV REGISTO DE BENS MÓVEIS

#### I – REGISTO DE AUTOMÓVEIS

<b>1. Enquadramento legal e objecto</b>	156
<b>2. Direitos, factos e acções sujeitos a registo</b>	157
<b>3. Registo obrigatório</b>	158
<b>4. Organização do registo</b>	158
4.1. Órgãos e suas competências	158

4.2. <i>Suportes físicos do registo</i> .....	159
5. <b>Processo de registo</b> .....	160
6. <b>Publicidade do registo</b> .....	161
7. <b>Regime supletivo</b> .....	162

## II – REGISTO DE NAVIOS

1. <b>Enquadramento legal e objecto</b> .....	162
2. <b>Factos e acções sujeitos a registo</b> .....	163
3. <b>Registo obrigatório</b> .....	164
4. <b>Organização do registo</b> .....	164
4.1. <i>Órgãos e suas competências</i> .....	164
4.2. <i>Suportes físicos do registo</i> .....	165
5. <b>Actos de registo</b> .....	165
5.1. <i>Matrícula</i> .....	165
5.2. <i>Inscrições</i> .....	166
6. <b>Regime supletivo</b> .....	166

## CAPÍTULO V NOTARIADO

1. <b>A função notarial</b> .....	167
2. <b>Competência do notário</b> .....	169
2.1. <i>Competência funcional do notário</i> .....	169
2.2. <i>Competência territorial</i> .....	170
3. <b>Actos notariais em geral</b> .....	171
3.1. <i>Documentos notariais</i> .....	171
3.2. <i>Requisitos gerais dos instrumentos notariais</i> .....	176
3.3. <i>Requisitos especiais dos instrumentos notariais</i> .....	182
4. <b>Actos notariais em especial</b> .....	184
4.1. <i>Escrituras públicas em geral</i> .....	184
4.2. <i>Escrituras especiais</i> .....	186
4.2.1. <i>Habilitação de herdeiros</i> .....	187
4.2.2. <i>Justificação para estabelecimento ou para reatamento do trato sucessivo no registo predial</i> .....	187
4.2.3. <i>Justificação para fins do registo comercial</i> .....	187
4.2.4. <i>Requisitos comuns às justificações notariais</i> .....	188
4.3. <i>Instrumentos públicos avulsos</i> .....	188
4.3.1. <i>Testamentos</i> .....	188

4.3.2. <i>Procurações e substabelecimentos</i> .....	191
4.3.3. <i>Protesto de letras e outros títulos</i> .....	191
4.4. <i>Autenticação de documentos particulares</i> .....	192
4.5. <i>Reconhecimentos</i> .....	193
4.6. <i>Certificados, certidões e documentos análogos</i> .....	194
4.6.1. <i>Certificados</i> .....	194
4.6.2. <i>Certidões e públicas-formas</i> .....	195
4.6.3. <i>Conferência de fotocópias</i> .....	197
4.6.4. <i>Prazos</i> .....	197
4.6.5. <i>Traduções</i> .....	197
5. <b>Livros e índices</b> .....	198
5.1. <i>Livros</i> .....	198
5.2. <i>Índices</i> .....	199
6. <b>Nulidades e revalidação dos actos notariais</b> .....	200
6.1. <i>Nulidades</i> .....	200
6.2. <i>Revalidação</i> .....	202
7. <b>Recusas e recursos</b> .....	203
7.1. <i>Recusas</i> .....	203
7.2. <i>Recursos</i> .....	204
8. <b>Segredo profissional</b> .....	204
9. <b>Responsabilidade dos funcionários notariais</b> .....	205

## CAPÍTULO VI A PRIVACIDADE E A PROTECÇÃO DOS DADOS PESSOAIS NA ÁREA DOS REGISTOS

1. <b>A invenção da privacidade</b> .....	207
2. <b>A consagração do direito à reserva da vida privada</b> .....	209
3. <b>As novas ameaças à privacidade e aos dados pessoais</b> .....	210
4. <b>A necessidade de protecção dos dados pessoais</b> .....	211
5. <b>A protecção de dados pessoais nos registos</b> .....	217
6. <b>A protecção de dados pessoais no registo predial</b> .....	223
<b>Bibliografia</b> .....	231